

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) há 21 investigadores doutorados que aguardam a conclusão do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), cujos procedimentos foram iniciados há 27 meses.

Estes 21 investigadores doutorados já têm parecer favorável da Comissão de Avaliação Bipartida (CAB), dos quais 18 têm definida a carreira de integração na Administração Pública: 15 investigadores doutorados serão integrados na carreira de investigação e 3 na carreira de técnico superior.

Entretanto três investigadores doutorados interpuseram recurso da decisão da carreira a integrar na Administração Pública, ao qual ainda aguardam resposta.

Enquanto não se conclui o PREVPAP, estes investigadores doutorados permanecem com vínculos precários. Há inclusivamente investigadores cujos contratos já terminaram ou estão a terminar, e que alguns não serão renovados, deixando-os sem qualquer rendimento, devido aos inaceitáveis atrasos na realização dos concursos para a integração destes trabalhadores na Administração Pública, quando é reconhecido que desempenham funções permanentes e desenvolvem um trabalho extremamente relevante no INSA, de investigação na área da saúde, que o atual contexto ainda o torna mais necessário.

Porém foi transmitido a estes investigadores que os procedimentos concursais só avançariam quando todos os processos estivessem concluídos, o que não faz qualquer sentido. Em várias instituições, nomeadamente nos Laboratórios do Estado, o PREVPAP está concluído e os procedimentos concursais avançavam à medida que os processos iam sendo concluídos, sem aguardar a conclusão de todos.

Numa carta enviada ao Grupo Parlamentar do PCP pelos investigadores doutorados refere “*que a abertura dos concursos dos doutorados com a sua situação já definida estava pendente de autorização da Secretaria de Estado do Ministério da Saúde, para avançar com os processos já*

concluídos (dezoito), ficando pendentes os processos dos três doutorados que aguardam resposta perante as alegações apresentadas à avaliação da Comissão face à carreira a integrar.

Cerca de um mês depois, esta situação não se alterou e continuamos à espera, sem respostas. E mais uma vez, não se compreende a diferença de tratamento. Em nenhum outro laboratório do estado, e em nenhum concurso de outra categoria (Assistentes Operacionais, Assistentes técnicos, e Técnicos Superiores), se verificou a abertura simultânea de todos os concursos. Pelo contrário, os concursos foram sendo abertos à medida que os processos foram sendo definidos e concluídos, como seria de esperar e faz sentido.”

Por isso, não se compreende que estando concluídos os processos, não se conclua a integração destes investigadores doutorados na carreira da Administração Pública já definida e se lhes garanta estabilidade e condições de trabalho.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Saúde, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Por que razão não se avança com a abertura dos procedimentos concursais para a integração dos investigadores doutorados que já têm o processo concluído?
2. Quando prevê o Governo abrir o concurso para a integração destes investigadores na Administração Pública?
3. Quando se prevê a tomada de decisão em relação aos processos dos trabalhadores que recorreram da decisão quanto à carreira a integrar?

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2020

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)